REVISTA DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS | ISSN: 2447-0244
v. 6, n. 2, jan-jun. 2020.
Missões

NARRATIVAS DE GÊNERO: ESTUDO DE CASO SOBRE O CLUBE BENEFICENTE DE SENHORAS/ RIO GRANDE-RS (BRASIL) E PROIMUJER (URUGUAI)

GENDER NARRATIVES: CASE STUDY ON THE BENEFICENT CLUB OF LADIES/ RIO GRANDE-RS (BRAZIL) AND PROIMUJER (URUGUAY)

Recebido em 15/06/2020
Aceito em 08/08/2020

Gianne Zanella Atallah[1]

Resumo: O artigo apresenta o Clube Beneficiente de Senhoras (Rio Grande, RS/Brasil) e POIMUJER (Uruguai) ambos tratam da situação da mulher, e mesmo em espaço temporal diferenciado, no momento de sua criação, ainda exercem suas funções a partir do contexto social de cada um. Esse estudo de caso apresenta a relação de ambos dentro do sentido de gênero e patrimônio.

Palavras-Chave: Clube Beneficente de Senhoras; PROIMUJER; Gênero.

Abstract: The article presentes the Ladies Beneficial Club (Rio Grande/RS – Brazil) and PROIMUJER (Uruguay) both address the situation of women, and even in a diferente time frame, at the time of its creation, thy still exercise their functions from the social contexto of each one. This case study presentes the relationship of both within the sense of gender and heritage.

Keywords: Ladies Beneficial Club; PROIMUJER; Gender.

INTRODUÇÃO

Esse artigo pretende promover reflexões do empoderamento da mulher, a partir de sua construção simbólica e as categorias que revelam o gênero e como ela transmuta em um espaço temporal, bem como os locais que atuam, e a relação que estabelecem com o público e o privado. A relação dos dois objetos aqui tratados como estudo de caso: o Clube Beneficente de Senhoras (Rio Grande/RS), benemerente, direcionando a assistência e o redirecionamento da mulher ao trabalho, e ao mesmo tempo em sua maior parte dirigido por professoras, jornalistas, poetisas entre outras profissões e o PROIMUJER, no Uruguai, sendo um programa assistencialista governamental, que tem como meta inserir a mulher no mercado de trabalho, ambos apresentam as narrativas do cotidiano, e que mais do que inserir a mulher no mercado

[1] Doutora em Memória Social e Patrimônio Cultural (PPGMP/ICH-UFPEL/RS - 2018). Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural (PPGMP/ICH-UFPEL/RS - 2011). Especialista em Patrimônio Cultural: Conservação de Artefatos (ILA-UFPEL/RS-1997). Graduada em História - Licenciatura Plena (FURG/RS-1993). E-mail: gizaatallah@gmail.com.

de trabalho, contribuem para a auto-estima pessoal das candidatas e de seus descendentes, bem como apoiam as mesmas diante das adversidades enfrentadas por muitas para a inserção no mercado de trabalho.

Em contrapartida, tais reflexões pretendem mostrar que há um longo caminho de entendimento sobre patrimonialização desse empoderamento, coletividade e identidade, e assim ressignificar o papel de gênero dentro de uma sociedade onde a responsabilidade é coletiva.

Ao analisar esses objetos, enfatizamos o processo de estudo a partir da micro-história e a relação necessária da educação em apresentar recortes de pesquisa que explorem a formação da sociedade e suas estruturas, pois mesmo os objetos de estudo estando em espaço temporal diferenciado, nos possibilitam entender o papel de cada categoria de representação e como isso é essencial ao discurso narrativo dentro da educação, não só como espectador, mas principalmente como pertencente a um lugar, a uma memória.

CLUBE BENEFICENTE DE SENHORAS – RIO GRANDE/RS (BRASIL)

O ano de 1889 foi o ano da Proclamação da República Brasileira, mas não o da realização dos ideais republicanos. Esses ideais mantinham em seu percurso a estagnação dos problemas não resolvidos pelo império brasileiro.

O principal problema estava na combinação econômica do Brasil: monocultor-latifundiário-escravista, e mesmo com a abolição em 1888, a sociedade ainda respondia àquilo para o qual não estava preparada, ou seja, um contingente de pessoas livres de direito e não livres de fato, pois não conseguiam se adaptar a uma sociedade que não estava apta a integrar dignamente essas pessoas, oferecendo-lhe oportunidades, melhores condições de vida e seus direitos como cidadão.

Outro ponto era como tratar uma nova mão-de-obra, para as propriedades rurais, já que a escravidão era crime, e os imigrantes provenientes da Europa passaram a recusar com veemência o modo de trabalho e de vida "escravizador", que se disfarçava de trabalho assalariado ao qual estavam sendo submetidos.

Em contrapartida, os centros urbanos, atualizavam-se com as ideias vindas da Europa e dos Estados Unidos, e essa efervescência fazia crescer a burguesia, que no Brasil, mantinha uma postura mais individualizada, percebida muitas vezes onde o indivíduo usava a sua formação profissional, sem muitas vezes exercê-la para firmar sua posição social (DAUMARD, 1985, p.28). Essa atitude nos demonstra que, enquanto na Europa, a burguesia mantinha uma

ligação econômico-política com o Estado e com a sociedade, no Brasil a burguesia preocupava-se com uma postura mais sócio-econômica.

No Rio Grande do Sul, nos primeiros anos do século XX, com a morte de Júlio de Castilhos e a chegada de Antônio Augusto Borges de Medeiros[2] ao poder, este reforçou a administração estadual, mantendo o partido e a sua administração em harmonia e o próprio controle sobre a administração permitia que funcionários públicos fossem de alguma maneira fiel a seu poder. Não tinha a pretensão de fortalecer o poder das cidades, o que significava autonomia e perigo ao mesmo tempo, pois quanto mais poder de decisão local, maior seria o distanciamento do seu poder pessoal.

Se politicamente manter a sociedade era uma questão de organização e direcionamento de ideias, quanto à economia o quadro mostrava-se sem grandes mudanças, pois tanto local como regionalmente, até 1930, só foram passíveis de concretizar-se

> sem as políticas públicas de povoamento, do combate ao contrabando, da extensão e da melhoria dos transportes (portos e ferrovias), de incentivos fiscais à indústria e também sem o aporte financeiro e tecnológico do capital externo aplicado nos portos e nas ferrovias. As políticas públicas republicanas não favoreceram os interesses socioeconômicos tradicionalmente dominantes, da pecuária, charqueadas e das praças de comércio vinculadas. Atenderam especialmente aos novos setores sociais, da agropecuária colonial e urbano-industriais, contribuindo decisivamente para a diversificação da economia estadual e redução de sua dependência por poucos produtos de exportação (HERRLEIN JR.; CORAZZA, 2007, p.141).

O contexto que se apresentava desde os fins do século XIX, e principalmente até a primeira metade do século XX, era o de uma economia baseada na produção de matérias-primas agropecuárias e a modesta repercussão industrial, devido às poucas mudanças quanto ao nível de produção, ou seja, havia uma carência na modernização industrial.

Economicamente, entre 1889 e 1930, o comércio gaúcho, varejista ou atacadista, comercializava produtos agrícolas coloniais, produtos da indústria regional ou nacional de bens de consumo e produtos importados que passassem pelos portos de Porto Alegre e Rio Grande. O comércio varejista, advindo dos "armazéns" ou "vendas", estava nas pequenas cidades e vilas do interior, que eram abastecidos por colonos ou pelos caixeiros viajantes, que dispunham de produtos importados vindos do comércio atacadista da capital e da cidade portuária de Rio Grande (HERRLEIN JR.; CORAZZA, 2007,p.139).

[2] Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, sendo membro pelo Partido Republicano Rio-Grandense, era advogado; sucedeu Júlio Prates de Castilhos em 1898, e ficou até 1908. Retornou em 1913 e ficou no poder até 1928, sendo sucedido por Getúlio Vargas, que manteve a hegemonia política do PRR (LOVE, 1971).

Durante os dez primeiros anos do século XX, Borges de Medeiros instituiu um plano de obras e saneamento em várias cidades e Rio Grande, que se destacava no interior, passou por esses planos, aos moldes positivistas, que desejavam alavancar o Estado, em mudanças estruturais dentro do espaço urbano (SOARES, 2007,p.295-6).

Percebe-se que a cidade de Rio Grande, nessa fase pós-República, já apontava como uma das cidades do interior mais próspera e essa situação promovia um cosmopolitismo ainda que de forma pouco proposital, mas que conduziria a um afloramento cultural.

Nesse contexto, foi fundado o Club Beneficente de Senhoras, que segundo LAGES (2006) foi fundado em Rio Grande por iniciativa da Loja Maçônica Henrique Valladares (posteriormente incorporada às lojas Philantropia e Estrela do Sul, dando origem à atual Loja Philantropia do Sul), que lançou a ideia de estabelecer aquela humanitária instituição em julho de 1901, tendo recebido pleno acolhimento no seio de nossa comunidade.

O jornal "Diário do Rio Grande", nos dias 2 e 3 de agosto de 1901, publicou o seguinte convite: *"A comissão do Club Beneficente de Senhoras convida a todos quantos se interessam por essa humanitária ideia a tomar parte na assembleia que se realizará, domingo do corrente, às 18h30min, na sala principal da "Sociedade Instrução e Recreio" a fim de tratar-se da eleição das exmas. Senhoras que devem compor a primeira diretoria. Conta a comissão com a assistência das ilustres senhoras que se inscreveram nas listas lhe sejam remetidas até ao dia da reunião agora convocada. Rio Grande, 2 de agosto de 1901. O presidente - dr. Francisco Fernandes de Souza. O secretário Octávio de Deus Freire"*. Pelo texto se verifica a preocupação da comissão organizadora para que a iniciativa abrangesse um número bastante elevado de moradores através da livre adesão às listas de interessados em participar da nova associação caritativa que se lançava.

Com efeito ocorreu a anunciada Assembleia de fundação do Club Beneficente de Senhoras do dia 4 de agosto de 1901 tendo a mesma sido presidida pelo dr. Francisco Fernandes de Souza, Venerável da Loja Henrique Valladares e tendo sido eleita a seguinte administração: Diretora – Ana Machado Lopes; vice-diretora – Amélia Pereira Pegas; secretária – Julieta de Mello Monteiro; adjunta – Laudoceana Mello Silveira; oradora – Revocata Heloisa de Mello; adjunta – Amélia Marques; tesoureira – Ercilia Mello Reis; adjunta – Carolina Silveira de Azevedo.

Entre agosto de 1900 e setembro de 1901, foram criados dezenove clubes beneficentes, federados ao Club Central de Porto Alegre. Pela ordem foram aquelas entidades estabelecidas em Porto Alegre (26/08/1900), Palmeira das Missões, Montenegro, São

Sebastião do Caí, São Leopoldo, Jacuí, Santa Maria, Jaguarí, São Borja, Bagé, Cruz Alta, Rosário do Sul, Jaguarão, Alegrete, Quarai, Itaqui, Pelotas e Rio Grande e Uruguaiana.

São considerados fundadores – iniciadores do Club Beneficente de Senhoras do Rio Grande, conforme informações da época de sua organização e documento expedido em 1947, registrado em cartório pela presidente de então, sra. Maria Duarte Rheingantz, e também firmado pela secretária prof.ª Julia Nahuys Coelho, os srs: dr. Francisco Fernandes de Souza (brasileiro, militar), João José Cezar (brasileiro, jornalista), Guilherme Salies (brasileiro, comerciante), Lino Saraiva de Oliveira (português, militar), Martucci Salvatore (italiano, alfaiate), Octavio de Deus Freire (brasileiro, comerciante). O sr. Guilherme Salies é avô da benemérita e dinâmica sra. Alcidina Salies Farinha Pontes, que assumiu a entidade num momento crucial e a tem desenvolvido com diligência profícua.

A ideia básica da criação da rede federada de Associações de Beneficência surgiu na administração do grão-mestre Antunes Ribas, que muito se esforçou pela divulgação daquele ideário de fé, esperança e caridade e pela organização sistemática daquelas instituições.

O primeiro estatuto do Club Beneficente de Senhoras teve seu anteprojeto elaborado pela literata Revocata Heloísa de Mello, que compunha a comissão de redação em conjunto com as sócias Mary Aveline Souza e Maria Carlota da Costa. O estatuto teve sua redação final aprovada em assembleia de 9 de dezembro de 1901, o qual dispunha em seu art. 1º: "O Club Beneficente de Senhoras cujo fim principal é a prática da caridade" e, em seu parágrafo único, previa a realização de reuniões de fins instrutivos e recreativos.

O CBS caracterizava-se pela valorização e pelo melhor desenvolvimento da mulher em sociedade, e em suas diretorias, assembleias e atos que importassem em decisões só deveriam estar presentes mulheres.

Como destaca LAGES (2006) no capítulo em que trata da "Beneficência", estabelecia o estatuto que sua atuação se desenvolveria nos limites urbanos da cidade e a diretoria deveria organizar um registro das pessoas que o clube devia socorrer, destacadamente, as viúvas e as crianças órfãs desamparadas e que não pertencessem ao número dos necessitados que esmolam nas ruas e respeitado o sigilo sobre as pessoas assistidas. Foi também previsto o estandarte da instituição com os emblemas da FÉ, ESPERANÇA E CARIDADE, sendo obrigatório o uso de um emblema da caridade nos atos em que representassem o clube.

Sob o ponto de vista organizacional e jurídico, o CBS teve três estatutos, o da fundação em 1901, o de 1910 e o de 1947, sendo esse último o que está em vigor. Durante todos esses

anos de funcionamento, a entidade primou por uma ação discreta, respeitando-se o princípio bíblico "de que uma mão não saiba o benefício que a outra praticou".

O Club Beneficente de Senhoras, desde os primeiros tempos, além de assistir crianças e idosos, inclusive, com a distribuição de leite, tinha, entre seus objetivos, a criação de um hospital para atender às crianças pobres.

Em 1910, o clube recebeu, por doação do coronel Augusto Leiva, um terreno, na rua Carlos Gomes, nº 579, 581 e 583, que se destinava à implantação do projeto do hospital para crianças. Com aquela doação, as diretorias passaram a angariar recursos para a edificação do hospital, promovendo chás beneficentes, festivais e donativos específicos e, com muito esforço, foi possível concluir o edifício de dois pavimentos, com cerca de 600m² em cada andar e que se constitui, hoje, numa das atrações arquitetônicas de nossa cidade. É bem verdade que o edifício que conhecemos hoje foi, de certa forma, desfigurado, pois foram abolidas colunas da fachada, dois torreões e outros ornatos que lhe davam maior suntuosidade.

Concluído o prédio em 1921, verificou-se que a cidade estava, razoavelmente, bem atendida de leitos para as crianças com os dois hospitais que já existiam e não havia possibilidade de angariar novos recursos para os equipamentos e a manutenção de um novo hospital.

Em 1922, o intendente municipal, dr. Alfredo Nascimento, ofereceu ao CBS a possibilidade de uma locação para a Prefeitura instalar, no segundo pavimento, o Conservatório de Música. A locação foi aceita pelo CBS, e a Prefeitura obrigou-se a pagar o aluguel mensal, somente pelo segundo piso de 350$000 (trezentos e cinquenta mil réis). Esse valor vigorou até 1948. Para o CBS aumentar a receita, realizou reformas em metade da parte térrea, transformando-a em residência.

Com o transcurso do tempo, já se faziam sentir os desgastes do uso e o envelhecimento do material de tal maneira que, em 1959, foi necessário fazer o conserto do telhado, que já exigia há algum tempo. Em 1970, foi cedido à Escola de Belas Artes Heitor de Lemos mais um terço da parte térrea, ajustando-se um aluguel de quatro salários mínimos por toda parte térrea e apenas um e meio salário mínimo pelo segundo piso. A locação do edifício da rua Carlos Gomes é, na verdade, a locação mais antiga de propriedade privada no município do Rio Grande. Os valores recebidos da locação reforçaram as mensalidades e as promoções, que são organizadas pela diretoria, a qual tem mantido o salutar critério de uma reserva financeira, conforme preveem os estatutos.

Entre os anos de 2005-2011 o CBS passou por dificuldades financeiras, queda no número de sócios. A partir de 2011 com uma nova diretoria, foi feito uma campanha de recuperação. Além da caridade, o Clube mantém o *Projeto "Gota de Leite"* que ajuda crianças carentes, depois da amamentação até os 5 anos de idade, com a doação de 30 litros de leite por mês.

PROIMUJER (INEFOP), Uruguay

Implantado no ano de 2001 pelo INEFOP (Instituto Nacional de Empleo y Formación Professional), este programa busca contribuir a reduzir as inequidades vinculadas a condição da mulher ao acesso a formação e ao emprego, a través de melhor suporte de posicionamento de empregabilidade e trabalho. Ainda, fortalece a pessoas desocupadas/os o subocupadas/os, mediante o desenvolvimento de um processo formativo com perspectiva de gênero, articulado em torno de um projeto ocupacional que formulam e mediante ao qual fortalecem as diferentes competências que habilita a inserção social e laboral em condições de equidade.

O programa é implementado em Montevidéu e em três departamentos do Interior do país (Cerro Largo, Rio Negro e Rocha). A seleção destes departamentos - de acordo com os documentos do programa baseia-se a elevada taxa de desemprego feminino, heterogeneidade regional e tendo em conta as condições institucionais para apoiar o desenvolvimento de um programa dessa natureza. A inclusão de Montevidéu é porque neste departamento encontra-se mais de metade dos a população feminina economicamente ativa do país (56%, INE, 1996) total.

Em sua primeira edição, o programa foi basicamente um caráter demonstrativo que se destina a gerar entrada e extrair aprendizados sobre como contribuir para a promoção da igualdade de oportunidades na formação profissional e para melhorar a qualidade do fornecimento de mão de obra feminina. Estas entradas e experiências podem ser incorporadas aos programas em curso das DINAE (Dirección Nacional de Empleo).

A população-alvo do programa foi feita acima das mulheres que vivem em áreas urbanas ou rurais que tinham perdido o emprego, procure-o para a primeira vez ou presente em qualquer uma das condições de emprego restrito. Eles não podem ser beneficiários que participaram ou participam em outros programas de DINAE, de acordo com os regulamentos do trabalho fundo de reconversão. Para entrar no programa deve atender aos seguintes requisitos gerais: mais de 18 anos, e quem pretende entrar no mercado de trabalho pela primeira vez, não deve exceder

40 anos; educação primária completa e não ter concluído a formação técnica (UTU) ou o ensino secundário (sexto ano). Também, desde a localização geográfica (Cerro Largo, Montevidéu, Rio Negro e Rocha) excluindo nestes departamentos as localidades onde se desenvolve o programa de formação para trabalhadores rurais. A cobertura iria alcançar 500 participantes diretos, 50%, correspondente aos residentes em Montevidéu e o resto para os departamentos do interior mencionado, mantendo uma distribuição equilibrada entre eles.

A RELAÇÃO DE GÊNERO E O PATRIMÔNIO

Ao apontarmos possíveis reflexões sobre a relação de Gênero e Patrimônio, partimos de três princípios básicos destacados por DAVALLON (2012), quando ele destaca: 1. O patrimônio como *construção social*; 2.O estudo do processo de patrimonialização em dois sentidos: *como é usado por ele* e *sobre ele*; 3. Entendido como *processo social*, deve considerar a linguagem de Marc Augé, quanto às *práticas históricas* e o *processo simbólico*.

Partindo disso, destacamos que no primeiro ponto, só podemos entender o patrimônio e o seu processo, quando os próprios elementos estabelecem simbolicamente, o que os representa. Assim, tanto no Clube Beneficente como no Grupo de Inclusão social, os próprios membros são responsáveis pelo processo de evidência e reconhecimento. É preciso entender como recai o interesse sobre os meios produzidos pelos grupos, de modo material ou imaterial e como isso será simbolicamente retratado ao coletivo.

Assim sendo, as práticas históricas salientadas por Davallon, a partir de Augé, configuram muito mais como o processo de conhecimento sobre a ação, do que a construção simbólica.

Ressaltamos que para esse conhecimento sobre a patrimonialização, nesse estudo de caso sobre os grupos, precisamos discutir acerca de seus meios geradores. Em ambos a família, é o principal e primeiro meio gerador, e a sua forma de atuação parte do simbolismo atribuído individualmente e no coletivo.

A família, tida como o primeiro meio gerador, pois produz o desempenho dos papeis de filha, esposa e mãe, referencia o valor da mulher dentro do espaço privado, assim como um código de conduta que ela deverá exercer no espaço público. Quanto ao trabalho, o código de conduta é estabelecido pela família, pois é nela que é gerado o valor das profissões. Ainda sobre o trabalho, a mulher só consegue perfazer um caminho de aceitação, quando amplia a sua instrução, no sentido de aprendizado. É o desprendimento necessário de deixar de ser apenas

educada para ser instruída e consequentemente, ou seja, ser orientada sobre profissões masculinas e femininas.

Quando nos referimos a palavra *gênero*, estamos automaticamente diferenciando-a do *sexo*, enquanto a primeira se define pelo caráter comum de expressão, ou seja, o modo como distinguimos uma pessoa da outra, ou um grupo do outro. Já o *sexo*, que biologicamente classificamos como macho e fêmea, define-se pela diferença física, diferentemente do que acontece com o gênero, que se confirma pelo ambiente cultural que o produziu.

Mas para fundamentarmos o nosso estudo, iremos nos apoiar em Joan Scott, que no seu artigo *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*, onde o concebe como categoria de análise e expressa a preocupação de muitos em quererem teorizar o gênero (SCOTT, s/d,p.1), e isso conflita não só o entendimento quanto ao gênero como categoria, mas dificulta o entendimento das variações culturais provenientes dos grupos que o produzem.

Nessas diversas variações, aponta-se um outro problema que é a linearidade entre gênero e mulheres, e isso acaba por criar um equívoco quanto a apontar qualquer perspectiva de estudo a partir do segundo termo, como se designasse absolutamente o primeiro.

É preciso entender que o gênero engloba o masculino e o feminino, pois é isto que o torna uma categoria, mas antes de ser esta, ele é a expressão que diferencia um grupo do outro.

Direcionamos aqui, o nosso olhar para o gênero, é do feminino para o masculino, ou seja, a forma como o primeiro relaciona-se com o segundo, e como ambos mantêm as diferenças dentro do ambiente que o produziu.

A utilização do termo gênero, é algo delicado, pois ele não tem uma única categoria de análise, e isso faz retroceder na busca por um conceito fechado.

A construção do gênero enquanto categoria, e diferentemente do sexo, como biológico, decorreram no espaço temporal com diversos estudos que apontaram vários conceitos para dar sentido entre as relações e o gênero. Entre esses, destacamos o *patriarcado*, um termo recorrente no século XIX e XX, que se define como um sistema, onde a dependência da mulher e do homem vai além do econômico, fundamenta-se também no aspecto sócio-cultural.

Ressaltamos que o patriarcado tem uma forte preponderância entre os séculos XIX e XX, ele concebe o pensamento e a forma de agir, direta ou indiretamente. Mas cabe ressaltar ainda que ao apontarmos tal influência, o que queremos é analisar as formas de representação que estão sob os auspícios do sistema patriarcal, bem como os pontos estratégicos que essa representação constrói a partir do gênero como categoria.

O termo *representação*, é mais do que um simples ato ou efeito de uma pessoa ou de uma coletividade. A partir de duas vertentes trabalhadas por Roger Chartier, onde na primeira ele verifica os grupos inferiorizados e na segunda a criação de um espaço no campo da escrita para compreender as práticas que constroem o mundo como representação, podemos entender o seu discurso.

Dentro destas vertentes, Chartier utiliza definições antigas do termo

> por um lado, a representação como dando a ver uma coisa ausente, o que supõe uma distinção radical entre aquilo que representa e aquilo que é representado; por outro, a representação como exibição de uma presença, como apresentação pública de algo ou de alguém (CHARTIER, 2003, p. 20).

Nessa primeira definição concebe-se o básico: o *ato* e o *efeito*, a primeira parte da confirmação de uma presença, seja de uma pessoa, de um grupo ou outro elemento, enquanto que o efeito é a confirmação de uma ausência, mas que delimita o que representa e o que é representado. Essa ausência é ao mesmo tempo, a tentativa de manter uma presença viva, que se mostra através de linguagens variadas.

A confirmação da ausência para o que representa, é a contextualização do elemento a partir do meio que o criou, mas o que deve ser representado parte do princípio de relação entre o meio que ele criou e os meios que esse elemento transitou.

Pelo poder, entende-se uma força física ou moral, mas ele não tem significação se não for analisado diante do meio social que o propaga. Esse meio caracteriza esse poder, seja ele econômico, político ou sociocultural, mas muito mais do que isso são elementos que compõem cada caracterização. Nessa ação temos a formação de um poder simbólico.

O poder simbólico é o resultado do movimento da realidade, e que de forma integrada concebe o espaço, e os elementos que ali habitam (BOURDIEU, 2007, p. 8-9), mas essa relação nem sempre é muito clara no mundo social, pois essa relação pode parecer conflituosa a um olhar externo, mas para quem a vive, ela tem as suas justificativas para tal aceitação.

O reconhecimento desse poder simbólico só é concebível quando da identificação dos símbolos, pois são eles que constroem a relação de significação entre dominante e dominado. A representação do indivíduo ou do grupo está em como se mostra o símbolo, e é essa a medida do poder simbólico.

Durante o século XIX e XX, o fato do poder patriarcal assombrar a sociedade, criou um poder simbólico, chamado de *dominação*, essa sensação de estar dominado é o que Pierre

Bourdieu diz que, "com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem" (BOURDIEU, 2007, p.8). Esse poder invisível sustenta uma discussão na relação entre os gêneros, pois o feminino sempre teve o estigma de *frágil*, e isso criou uma linearidade com *incapacidade* para determinadas atividades, ou seja, a mulher pode exercer e dominar determinados lugares, desde que não queira competir com o homem.

Cria-se um choque quando queremos definir o teor da representação, pois entre ser frágil e ser incapaz, existe uma construção de poder. E o poder simbólico não é um sistema de organização, mas a reunião de elementos que promovem a ação de uma pessoa ou grupo, e assim se fazem representar.

A incapacidade, designada muitas vezes à mulher, é uma construção de poder, para aqueles que tentam não reconhecer a representação da mulher, não como cópia, pois ela não é cópia do homem, ela tem na construção de sua representação, o aspecto formal da sociedade vigente, como um padrão estabelecido em si, e quanto à fragilidade, é um estado, uma condição psicológica, a demonstração de como o seu *eu* se relaciona com o mundo, de forma ascendente ou descendente.

Não existe a imparcialidade na representação, existe uma troca de simbolismos num mesmo conjunto que está agregado a outros mais. Uma representação não é única, pois precisa da conexão de outras representações para se auto referenciar-se, a cada momento, em contextos diferentes.

A representação dos gêneros não é de fato o *perceber* o espaço como uma dominação exclusiva de um ou de outro, mas sim de ambos, estabelecendo o seu poder simbólico, e o valor desses na percepção dos atos.

Essa percepção é o discurso de um tempo, que tenta se sacramentalizar através de signos, resultantes em significados que está postulado a um princípio guardião que podemos chamar de *sociedade*, onde o costume de fato não acontece por independência de princípios, mas pela cadeia de inter-relações, onde um concebe os anseios do outro, e o repete, acrescendo o seu modo de olhar.

Ambientes diferentes, produtores de representação, com maior ou menor intensidade do poder simbólico, propiciam para a relação entre gêneros, vivências entrecruzadas, mas sob olhares diferentes. São esses olhares que proporcionam o modo de comportamento dentro de cada ambiente. O comportamento é produto do poder ao qual ele foi submetido direto ou indiretamente. Essa relação direta ou indireta estabelece dois espaços: *público* e o *privado*.

A diferença entre esses dois termos, e o modo prático deles, tem a sua raiz em um processo histórico, que remete a dois períodos: a idade média e a idade moderna.

Fazendo uma breve contraposição iremos perceber que a idade média significava todo o seu domínio às relações servis, onde o Estado tinha um papel dividido, fazia-se representar pelo poder dos senhores feudais, que mantinham o feudo, a família, os servos, sob seu jugo, aí está a questão do privado, apesar de todos desfrutarem de pouca sociabilidade, ou seja, cada feudo mantinha a sua privacidade, existia uma relação social, onde as pessoas estavam informadas à respeito umas das outras.

O privado existe na medida do pouco contato físico, mas deixa de existir quando se percebe essa troca de informações. Entre os séculos XV e XVIII, iremos observar uma outra configuração.

Com o advento da burguesia, e o reforço da urbanização, o Estado teve o seu poder fortalecido, e as relações pessoais dentro das propriedades passaram a perder status político, e uma remodelação quanto ao sócio-cultural. Já no século XIX, a sociedade diante de um Estado forte, tem no indivíduo, uma postura de mais retidão, ele mantém as relações sociais, mas a separa na busca por uma postura mais anônima.

Se num primeiro instante, a idade média fortaleceu a família, a idade moderna não o fez diferente, mas na primeira, o aspecto político-econômico era usado como um mantenedor do controle social. Ditar regras era ao mesmo tempo manipular o comportamento do grupo, do feudo no caso, em detrimento do poder de outros feudos.

Já na idade moderna, a família se mantinha a partir de um poder social, o privado estava em recolhimento, e a postura anônima só seria confirmada com o deslocamento de um lugar para outro. Não acontecia por acaso o ato era proposital.

O final do século XIX e primeira metade do XX foi uma estruturação social que decorreu dos séculos anteriores. Socialmente a relação do público-privado, foi algo conflituoso, pois ao mesmo tempo em que o urbano propiciava a uma vida mais aberta, pública para todos os que a frequentavam, estes recorreram ao privado como forma de manter suas vidas interligadas aos ambientes que os formaram.

Esse desejo acabava por apontar relações entre os gêneros com aspectos de proteção, como no caso da família que explanaremos mais adiante, uma proteção que mascara um controle, muitas vezes excessivo, mas com muito mais interesse de manter a instituição do que subjugar a capacidade dos que ali estão.

Assim quando a mulher passa transitar nas esferas que ela recria, pois estas já existem, ela começa a impor o seu simbolismo, mas é um simbolismo dominado e por isso

> quando os dominados aplicam àquilo que os domina esquemas que são produto da dominação ou, em outros termos, quando seus pensamentos e suas percepções estão estruturadas de conformidade com as estruturas mesmas da relação da dominação que lhes é imposta, seus atos de *conhecimento* são, inevitavelmente, atos de *reconhecimento*, de submissão (BOURDIEU, 2009,p.22, grifo do autor).

Umas das categorias de representação, que são as instituições de vivências sociais, que produzem os modos de representação, dentre os mais importantes, está a família, e nela estão imbuídos os principais papéis desempenhados pelo feminino, que são filha, mãe e esposa, são essas as subcategorias dentro da representação do gênero.

A base da família se concebe no casamento, e neste cria-se contrapontos que predispõe a formação de pensamento de uma sociedade por um longo período. Segundo Pierre Bourdieu

> o princípio de inferioridade e da exclusão da mulher [...] a ponto de fazer dele o princípio de divisão de todo o universo, não é mais que a dessimetria fundamental, a *do sujeito e do objeto, do agente e do instrumento*, instaurada entre o homem e a mulher no terreno das trocas simbólicas, das relações de produção e reprodução do capital simbólico, cujo dispositivo central é o mercado matrimonial, que estão na base de toda a ordem social: as mulheres só podem aí ser vistas como objetos, ou melhor, como símbolos cujo sentido se constitui fora delas e cuja função é contribuir para a perpetuação ou o aumento do capital simbólico em poder dos homens (BOURDIEU, 2009, p. 55, grifo do autor).

O capital simbólico funciona como uma demonstração de poder que não pode ser controlado, ele se *percebe* e é *percebido*. A partir do casamento, a construção da família, a criação dos filhos, a vivência de seus integrantes, as trocas sociais, tem na figura do pai/esposo a visão de uma instituição familiar perfeita, ou o mais aceitável possível socialmente, e para que esse capital simbólico se confirme, e tenha credibilidade, a dominação não pode vir como um instrumento de precisão. Ela está mascarada nos gestos, no comportamento da família como um todo.

E a relevância da inferioridade e exclusão da mulher, se deve ao fato da própria negligência simbólica, que esse capital adota, pois o excesso de poder, o controle na esfera familiar e todos os segmentos ao qual ela se relaciona, cria uma distancia entre o homem, a mulher e os outros membros da família.

É este poder doméstico que no início do século XX passou por contradições, e que aparentemente tentaram ser disfarçadas pela harmonia familiar, pois ao mesmo tempo em que

a mulher tenha as atribuições do lar, ela passava por necessidade, em função da situação econômica mundial, e experimentava o trabalho fora de casa.

Se antes, no século XIX, ela passou por dois momentos em que o marido ou pai eram responsáveis pelo dinheiro, não só em ganhar, mas em administrar, agora num segundo momento ela desfrutava da posição de gerenciar o dinheiro para as despesas da casa, mas sob o olhar do marido.

Já no século XX, o trabalho fora, mas não abrangente em todas as classes sociais no início, possibilitava um novo comportamento na mulher. Ela passava a tomar decisões, tanto quanto o marido, mas essas decisões estavam relegadas a dois espaços anteriormente citados: o *público* e o *privado*.

Enquanto havia a construção de uma família mais moderna, com a igualdade de direitos, havia uma intenção de que ela continuasse a ser a mantenedora dos costumes, e aí a busca na família, de uma vida mais reclusa, anônima.

Segundo Pierre Bourdieu, dominação e mulher tem trajetórias paralelas, que demonstram assim

> [...] elas existem primeiro pelo, e para, o olhar dos outros, ou seja, enquanto objetos receptivos, atraentes, disponíveis. Delas se espera que sejam "femininas", isto é, sorridentes, simpáticas, atenciosas, submissas, discretas, contidas ou até mesmo apagadas. E a pretensa "feminilidade" muitas vezes não é mais que uma forma de aquiescência em relação às expectativas masculinas, reais ou supostas, principalmente em termos de engrandecimento do ego. Em consequência, a dependência em relação aos outros (e não só aos homens) tende a se tornar constitutiva de seu ser (BOURDIEU, 2009, p. 82).

Isso nos faz perceber que no momento em que a mulher, é vista pelo olhar do outro, já nos deixa claro que o seu valor, entenda-se aqui sua trajetória de vida, estarão agregadas aos conceitos e interesses do contexto em que vive, sendo que a sua submissão começa pela família, na figura paterna, e após o casamento, na figura do marido.

A feminilidade como comportamento de aceitação, não é pelo fato de ser agradável visualmente para uma sociedade, mas o *ser feminina* implica em uma busca pelas suas próprias ideias, ou melhor, questionamentos para antigos padrões. Essa busca constante fez com que a dominação masculina, tivesse na mulher, um trunfo, o *servir*, o *estar* e o *depender*, negados por ela, seria negar a sua própria existência.

Essa representação feminina não sugestiona apenas a um conhecimento racional, mas existe uma outra preponderância que seria a conduta feminina, o modo de agir não está apenas

no comportamento, mas na aparência física, esta é suscetível à própria organização social, esse comportamento não está estabelecido pelo padrão de vontade mas pelo padrão de aceitação de conveniência, mais para o homem, do que para a mulher, pois a

> [...] a moral feminina se impõe, sobretudo, através de uma disciplina incessante, relativa a todas as partes do corpo, e que se faz lembrar e se exerce continuamente através da coação quanto aos trajes ou aos penteados. Os princípios antagônicos da identidade masculina e da identidade feminina se inscrevem [...] sob forma de maneiras permanente de se servir do corpo, ou de manter a postura, que são como que realização, ou melhor, a naturalização de uma ética (BOURDIEU, 2009, p. 38).

O trabalho tomará vigor a partir do papel da educação, a Escola no século XIX-XX manterá um modelo de dominação patriarcal, claramente percebível pela disciplina imposta, pela exigência nos conteúdos, pela postura rígida dos professores, pela imposição do uniforme escolar, e dependendo do local (país, estado, cidade) a formação do currículo escolar, com a determinação de conteúdos impostos.

Mas mesmo mantendo essa estrutura, o acesso à escola, o trabalho assalariado e contato com a vida pública, proporcionaram um afastamento do lar, não enquanto moradia, mas com relação aos afazeres (BOURDIEU, 2009, p. 107).

A mulher ao adquirir tanta instrução escolar quanto o homem, passou a criar o seu próprio espaço público, fora do lar. Mesmo a família sendo a instituição mais importante, ela também dependeu do novo comportamento feminino. Porque com o acesso ao ensino e o trabalho assalariado, as mulheres passaram a conceber o casamento mais tarde, e posteriormente à chegada dos filhos passou a ser algo mais programado.

Essas categorias de representação são na realidade uma leitura de si mesmas, mas não como observadoras e sim como construtoras da sua própria memória e também uma leitura dos outros para consigo mesmo, pois a atuação da sociedade enquanto itinerante, é de fato o de um elemento mais que necessário, pois a memória nunca é vista ou construída por um, ou seja a lembrança é particular, mas ela precisa de outras lembranças para a construção de uma memória coletiva.

A essa margem de diferenciação entre o gênero e o seu processo, partimos para a discussão da representação enquanto teoria e prática, percebendo que a representação por ela mesma precisa estar dissociada do grupo enquanto nível geral, e sim perceber a representação a partir de um recorte e a sua relação com os elementos pertinentes ao seu contexto de trânsito.

O grupo precisa ser focado quanto ao estudo na formação de uma identidade, mas isso não significa que toda a bagagem de elementos tenha que se sobrepor ao grupo, assim estaria subentendendo como subordinação cultural enquanto valores e princípios da sociedade que o concebeu.

O desafio era como cada uma delas construía a sua identidade nessas representações sociais. Joan Scott (2005) nos coloca que é a "discriminação", pois o que percebemos no transcorrer social do século XIX e XX é que o comportamento feminino sugestionava isto, a partir da dominação masculina vigente, e esse modo de pensar que cria uma certa ambiguidade em ver as mulheres musicistas como um todo.

A pretensão da sociedade em sempre dividir as opiniões, preferencialmente em dois grupos, o *certo* e o *errado*, nos faz concordar com Joan Scott quando ela objetivamente se referia a sua postura:

> argumentarei, ao contrário, que indivíduos e grupos, que igualdade e diferença não são opostos, mas conceitos interdependentes que está necessariamente em tensão. As tensões se resolvem de formas historicamente específicas e necessitam ser analisadas nas suas incorporações políticas particulares e não como escolhas morais e éticas, intemporais (SCOTT, 2005, p. 14).

O principal desafio do gênero é o espaço temporal, pois o grande erro está em não avaliar as questões políticas e sócio-econômicas, antes de analisar os preceitos que convocam a formação de conceitos.

Estabelecer essa relação com a mulher e a sua representação nos faz perceber um comportamento objetivo, pois representar não é *inventar para si um personagem* em cada espaço que se projeta e sim criar uma identidade de vínculo com o lugar.

Essa concepção formou-se a partir do momento em que o capital simbólico prestigiou o homem como dominador e a mulher com um bem de troca, ou seja, independente do campo de atuação profissional que escolha, ele é o Estado, representa a dominação em todas as esferas de sua vida particular, quanto à mulher, ela é o costume, à vontade, ela usa a arte para tirar algum proveito, como no caso, o casamento, e esse proveito é sempre linear as emoções.

Assim sendo, de acordo com DAVALLON (2012) o processo da patrimonialização está no modo como estudamos e codificamos os objetos produzidos, e isso cria um processo inverso quando falamos da cultura imaterial, há uma distância simbólica de valor a esse processo.

É preciso entender, que há um grupo de produtores, e que a patrimonialização ainda é algo distante e desconhecido da maioria, pois eles não entendem de fato o significado da coletividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação dos objetos de estudo, demonstram a fragilidade do tema, ao nos fazer perceber o quanto essas narrativas enfrentam adversidades para sobrevierem ao tempo. Cabe lembrar que a instituição "família" é ainda a que forma e estrutura para a convivência social. Os objetos de estudo aqui enfocados, Clube Beneficente de Senhoras e o PROIMUJER, ambos sem fins lucrativos, sendo um privado e outro público, assumem o caráter de agregadores e tem o desafio de manter os valores culturais assegurados pela sociedade, mas nem sempre exercidos de fato.

REFERÊNCIAS

BERGSON, Henri. ***Matéria e Memória***. Tradução: Paulo Neves. 3ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BOLÁN, Eduardo. Del patrimonio como producto. La interpretación del patrimonio como espacio de intervención cultural. In: NIVEON, Eduardo, MANTECÓN, Ana Rosas (coords.) **Gestionar el patrimonio en tiempos de globalización.** México, Juan Pablo Editor, 2010.

BOURDIEU, Pierre. ***O Poder Simbólico***. Tradução: Fernando Tomaz. 10ªedição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. ***Dominação Masculina***. Tradução: Maria Helena Kühner. 6ªedição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

CHARTIER, Roger. ***Formas e Sentido. Cultura escrita: entre distinção e apropriação.*** Tradução Maria de Lourdes Meirelles Matencio. Campinas, SP: Mercado das Letra; ALB, 2003.

_____. ***A História Cultural: entre práticas e representações***. Tradução: Maria Manuela Galhardo. 2ª edição. Portugal: Difel, 1987.

_____. ***O Mundo como Representação***. Estudos Avançados 11, 1991.

_____. ***Diferenças entre os Sexos e Dominação Simbólica***. Cadernos Pagu, 1995, 37-47.

DAUMARD, Adeline. ***Hierarquia e Riqueza na Sociedade Burguesa***. São Paulo: Editora Perspectiva, 1985.

DAVALLON, Jean. Comment se fabrique le patrimoine: deux régimes de patrimonialisation In: KHAZNADAR, Chérifet alii (coord.) **Le patrimoine, oui, mais quel patrimoine?** Paris, Maison des Cultures du monde, 2012.

Estatutos do Clube Beneficiente de Senhoras, anos: 1910 e 1947.

GIORDANO, Verônica. **Ciudadania Universal/Derechos Excluyentes: La Mujer según el código civil em Argentina, Brasil y Uruguay (c. 1900-1930)**. Em Livbro: Jornadas Gino Germani. IIFCS; Instituto de Investigaciones Gino Germani, Buenos Aires, Argentina: 2003, p 17. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/libros/argentina/germani/giordano.rtf. Acesso: Novembro de 2015.

HALBWACHS, Maurice. ***Memória Coletiva***. Tradução: Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

LAGES, João Marinônio Carneiro. ***Clube Beneficiente de Senhoras***. Jornal Agora. Rio Grande, 2011.

LAMY, Yvon. La conversión des biens culturels en patrimoine public: un Carrefour de l´histoire, dudroit et de l´éthique. In: KHAZNADAR, Chérifet alii (coord.) **Le patrimoine, oui, mais quel patrimoine?** Paris, Maison des Cultures du monde, 2012.

PERROT, Michelle. ***As mulheres ou os silêncios da História***. Tradução: Viviane Ribeiro. Bauru/SP: EDUSC, 2005.

_____. ***Mulheres Públicas***. Tradução: Roberto Leal Ferreira. 1ª reimpressão. São Paulo: Fundação editora da UNESP, 1998.

_____. ***Minha história das mulheres.*** Tradução: Ângela M.S.Corrêa. 1ª edição. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. ***Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros***. Tradução: Denise Bottmann. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____.***Funções da Família***. In: PERRT, Michelle (Org.) ***História da Vida Privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra.*** Tradução: Denise Bottmann e Bernardo Joffily. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, 90-191.

QUINTELA, Alberto. La institucionalidad del patrimonio cultural en Uruguay. In: SOSA, Ana M. G.; FERREIRA, Maria Leticia M. & REY ASHFIELD, William. **Patrimônio cultural: Brasil e Uruguai: os processos de patrimonialização e suas experiências.** Pelotas: Ed. da Universidade Federal de Pelotas, 2013. - 243p.

ROMERO, Sonnia G.; et. all. **Patrimonio Cultural Inmaterial del Uruguay – 2010.** Montevideo: Comisión de Patrimonio Cultural de la Nación - Ministerio de Educación y Cultura. Texto em pdf**.**

SCOTT, Joan. ***Gênero: uma categoria útil para a análise histórica***. Disponível: www. Dhnet.org. br/direitos/texto/generodh/gen_categoria.html., s/d. Acesso em Junho 2010.

_____. O Enigma da Igualdade. Revista Estudos Feministas, janeiro-abril, ano/v. 13, n°001, Rio de Janeiro: UFRJ, 2005, 11-30.